



ECOS DE 2013

As grandes manifestações de 2013 protagonizaram um momento marcante na nossa democracia, que vinha, até então, em uma trajetória crescente de conquistas e ampliação do espaço público. Seus efeitos ainda ecoam sobre o contexto político brasileiro e não podem ser medidos na sua totalidade. Iniciados com a bandeira da tarifa zero e de melhores políticas públicas, tais eventos acabaram tomando rumos incontroláveis com a profusão de demandas que começaram a surgir. Passados mais de cinco anos, é possível falar tanto em ganhos como em retrocessos.

Em relação a ganhos creditados a 2013, é possível localizar ao menos dois. Um foi a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que pôs fim ao voto secreto para a derrubada de vetos presidenciais e a cassação de mandatos eletivos. O outro foi a aprovação da lei de combate à corrupção, que criou mecanismos para responsabilizar empresas que se envolvessem em ilícitos no poder público. Ambas proposições estavam paradas no Congresso e suas tramitações foram destravadas em função da pressão social.

Todavia, não há como escamotear os efeitos negativos para a democracia brasileira. O mote “sem políticos e sem partidos”, que chegava a promover a queima de bandeiras de partidos de esquerda e a expulsão de lideranças políticas de manifestações, foi o marco inicial de um processo de desqualificação da política pela via dos partidos.

Obviamente, não é possível colocar somente na conta de 2013 o mal-estar da democracia brasileira. Os sucessivos escândalos de corrupção que abarcaram diferentes agremiações partidárias já existiam, e isso fez com que políticos e partidos mereçam a imagem que possuem. Entretanto, 2013, nas vozes

da imprensa e de muitos segmentos sociais, acabou sendo seletivo ao associar todos os males da política a um único partido: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Não por acaso, em 2014, políticos que agora estão envolvidos em denúncias e réus em processos de corrupção colocaram-se como paladinos da moralidade e assumiram protagonismo no antipetismo com um discurso de salvação nacional. Não reconheceram o resultado da eleição presidencial de 2014 e acaba-

ram por abrir uma crise institucional ao pedir recontagem de votos com base em denúncias nas redes sociais, contribuindo para consolidar o fracionamento da sociedade brasileira entre petistas e antipetistas. Essa divisão acabou se transformando numa espécie de conflito entre políticos versus não políticos, por mais que na categoria dos não políticos estivesse um político de longa data, como Jair Bolsonaro, e um novato, como João Dória. Soma-se a isso o tratamento da campanha petista contra a ex-petista Marina Silva: uma aula de como desqualificar o debate de ideias.

Portanto, uma das formas de pensar a crise atual e os riscos que ela coloca para a democracia é compreender os desdobramentos de 2013. Políticos de diferentes partidos, de forma oportunista, olharam apenas para o jogo eleitoral e acabaram diretamente contribuindo para a criminalização do debate político.

O que o futuro espera de nós? Que voltemos a praticar o manual básico da democracia: aceitar a divergência como parte do jogo político e buscar construir alternativas incluindo a convivência com a diferença como valor inegociável do processo civilizatório. Ou seja, o melhor remédio para a crise política é fazer política, e não negá-la. Nesse processo, os partidos são atores privilegiados e tem um papel a cumprir.

POLÍTICOS
DE DIFERENTES
PARTIDOS OLHARAM
APENAS PARA O
JOGO ELEITORAL
E ACABARAM
CONTRIBUINDO PARA A
CRIMINALIZAÇÃO
DO DEBATE POLÍTICO.